

Tony Honorato \*<sup>1</sup>  
Cesar Romero Amaral Vieira \*<sup>2</sup>  
Ana Clara Nery \*<sup>3</sup>  
Carolina Martin \*<sup>4</sup>

### RESUMO

Este artigo objetiva apresentar uma sistematização de diretrizes sobre modos de fazer pesquisa no campo da Educação a partir da categoria historiográfica *Município Pedagógico*. Iniciando por uma discussão da categoria em foco, realizamos pesquisa de textos que utilizam a categoria, tomamos como referência um município paulista – Piracicaba – e autores como Justino Magalhães, Wenceslau Gonçalves Neto e Carlos Henrique de Carvalho nos deram suporte para a produção da narrativa. O resultado consiste em encaminhamentos teórico-metodológicos a serem observados ao assumir como objeto de pesquisa as ações municipais no desenvolvimento educacional e cultural de munícipes de realidades singulares.

**Palavras-chave:** Município Pedagógico. Escola. História da Educação. Teoria. Metodologia.

### ABSTRACT

From the historiographical category *Pedagogical Municipality* this article aims to present a systematization of guidelines on ways of doing research in the field of Education. Beginning with a discussion of *Pedagogical Municipality*, we did bibliographic research of texts that use the category, we take as reference a municipality in the state of São Paulo – Piracicaba – and authors such as Justino Magalhães, Wenceslau Gonçalves Neto and Carlos Henrique de Carvalho gave us support for the production of the narrative. The result consists of theoretical-methodological referrals to should be observed when assuming as a research object the municipal actions in the educational and cultural development of residents of singular realities.

**Keywords:** Pedagogical Municipality. School, History of Education; Theory; Methodology.

---

1 Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPeDu) da Universidade Estadual de Londrina (UEL). E-mail: tony@uel.br.

2 Docente do Programa de Pós-Graduação em educação e Coordenador de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP). E-mail: cesar.vieira@unimep.br

3 Docente do Departamento de Administração e Supervisão Escolar e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual Paulista (UNESP). E-mail: neryanaclara@gmail.com

4 Mestre e doutoranda em Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP). E-mail: caromartin@uol.com.br

## Introdução

O campo da Educação tem revisado e proposto constantemente matrizes teórico-metodológicas orientadoras da produção de conhecimento. Particularmente, na História da Educação, há o empreendimento de pesquisadores pela busca de diferentes ângulos documentais, analíticos e interpretativos do processo escolarizador brasileiro. Neste movimento, uma categoria historiográfica tem recebido destaque: *Município Pedagógico*.

A categoria propõe discussão sobre a história do papel municipal como protagonista relativamente autônomo na decisão e promoção dos processos educativos e culturais dos cidadãos, bem como o estudo de sistemas de ensino locais. Sendo assim, este artigo objetiva apresentar uma sistematização de diretrizes sobre modos de fazer pesquisa histórica a partir da proposta de *Município Pedagógico*. Para tanto, retoma a conceituação da categoria, a produção acadêmica-científica sobre a temática e o caso da cidade de Piracicaba/SP como referência de uma localidade específica. Como resultado, lança caminhos teórico-metodológicos a serem observados ao tomar como objeto de pesquisa um *Município Pedagógico*.

### **Município pedagógico como categoria historiográfica**

Não há corpo sem células. Não há Estado sem municipalidades. Não pode existir matéria vivente sem vida orgânica. Não se pode imaginar a existência de uma nação, existência de povo constituído, existência de Estado, sem vida municipal (Rui Barbosa). (PAUPÉRIO, 1973, p. 13)

Há séculos a cidade faz parte da organização social da humanidade, por meio de um espaço circunscrito onde diferentes fatores como política, cultura, economia e educação relacionam-se em diversos contextos. De acordo com Granell-Gómez e Vila (2003, p. 17), "a cidade tem sido historicamente um lugar de encontro e de civilização. Desde seu aparecimento, há mais de 6 mil anos, a cidade tem estado estreitamente vinculada ao conceito de cidadania e cultura".

Por uma história da cidade como um território educativo, Magalhães (2014) propõe a categoria historiográfica *Município Pedagógico* para a análise do papel da municipalidade no desenvolvimento da educação escolar. O autor, como constatação empírica, pesquisou municípios portugueses no século XVIII, em um momento em que estes estavam sob forte tutela do Estado.

*Município Pedagógico* envolve a história da localidade, que por sua vez está imbuída de ciclos e programas voltados a uma ação desenvolvimentista no sentido de capacitar os municípios cultural e educativamente. O fato é que muitos municípios objetivaram, e objetivam, influir na educação a partir de elementos e ideários locais, isso ao desenvolverem iniciativas complementares

às ofertas de ensino de outras instâncias administrativas estaduais e nacionais (MAGALHÃES, 2014).

Conforme Magalhães e Adão (2014), a história da educação e, especificamente, a categoria *Município Pedagógico*, tornam possíveis a compreensão de município como território educativo, possibilitando um sentido de educação que comporta a formação, participação e constituição de identidades. Pois, é preciso considerar que um “município é portador de um legado histórico; é uma unidade territorial, cartográfica, sede de poder local e instância educativa” (MAGALHÃES; ADÃO, 2014, p. 5).

Por conceituação, *Município Pedagógico*:

É uma perspectiva interdisciplinar, que toma a história como abordagem principal e que congrega a multidimensionalidade do complexo básico municipalização-estatização-modernização, como objeto epistémico da história, da geografia, da pedagogia, da administração, da cultura escrita, da demografia. Assim, tendo o município como unidade de observação, registro e abordagem, e constituindo-o como objecto epistémico histórico, pedagógico, social, administrativo, governativo (MAGALHÃES; ADÃO, 2014, p. 8).

Entendemos que para operar com esta matriz interpretativa demanda uma escrita da história considerando uma renovação epistemológica marcada pela interdisciplinaridade e multidimensionalidade produtoras de nexos entre as esferas micro e macro. Neste sentido, a história é compreendida enquanto possibilidade de representação, intelecção e interpretação da realidade municipal em transformação e em intersecções com outras dinâmicas, processos e contextos. A categoria *Município Pedagógico* propõe uma hermenêutica complexa, crítica e de valências abertas à integração de apropriações, tensões e ações objetivas, subjetivas, identitárias, geopolíticas, sociais e culturais.

Para uma operação historiográfica, Magalhães e Adão (2015) indicam uma concepção meta-educativa para interpretar os nexos entre territórios, culturas e administrações públicas que tornam uma localidade centro cultural, pedagógico e político formativo dos munícipes. A partir de tal perspectiva, implica considerar um município como lugar educativo de formação, participação e produção de identidade para cidadania, isso sem desconsiderar interdependências com o plano histórico, político, sociocultural e pedagógico constitutivo dos sujeitos na esfera regional e nacional.

Segundo Magalhães (2014, p. 7), o estudo da história da educação em âmbito local “seja na Europa, seja no Novo Mundo, particularmente no Brasil, carece de uma reconstituição com sistematicidade e sentido”, pois possibilita a preservação dos patrimônios educativos ao reificar “uma cidadania educativa como móbil da consciência histórica”.

Partindo de que tanto em Portugal como no Brasil os municípios tiveram significativo destaque frente às questões escolares, Wenceslau Gonçalves Neto, junto a pesquisadores da Universidade Federal de Uberlândia – UFU, fez apropriações para que a categoria *Município Pedagógico* pudesse auxiliar no entendimento do papel das edilidades no desenvolvimento local da educação no período que concerne o final do Império e começo da República. Seus estudos avançam ao focar no interesse das elites em manter o poder em meio as intensas transformações da sociedade brasileira oitocentista.

Essa categoria de análise permitia-nos compreender a realidade local para além de sua dimensão político-administrativa e pensa-la também como um espaço voltado para os aspectos educacionais, como um organismo também pedagógico, preocupado com a formação intelectual de seus munícipes e não apenas com as condições econômico-materiais que se sobressaem nas ações das administrações públicas. (GONÇALVES NETO; CARVALHO, 2015b, p. 12)

Gonçalves Neto (2015) considera que *Município Pedagógico* ainda é uma categoria em formação e em nosso país pode ser entendida para além de uma unidade político-administrativa, que na segunda metade do século XIX assume a responsabilidade da educação com o apoio das elites. As elites locais muitas vezes visavam à apropriação dos benefícios do desenvolvimento da educação em causa própria, como também na manutenção da ordem em prol da fabricação e da disseminação de uma identidade municipal de seu interesse e como estratégia de controle e organização social.

A categoria *Município Pedagógico* possibilita então um aporte para a história da educação, no sentido de direcionar seu foco analítico nas especificidades municipais. Trata-se de uma história para valorizar a dimensão local singular, a autonomia empenhada em promover educação e o papel complementar no processo de regulamentação educacional.

Magalhães e Adão (2014), ao tratarem das questões teórico-metodológicas, definem que o desafio é fazer do município um objeto epistêmico interdisciplinar, o qual contém um legado histórico material e simbólico, constituído por elementos como território e população, por sua vez compostos de uma soberania e identidade em evolução. O município-histórico é uma unidade de observação, produto de unidades de registro, mensuração e fatorização, a seus modos independentes. Para tanto, é preciso uma organização sistemática dos dados a serem analisados por uma teorização que erige o *Município Pedagógico* como meta-história. Sendo assim:

O município emerge como um complexo hermenêutico representável no plano cartográfico, mensurável, comparável, projectável pelo estatístico, descritível e historiável através de uma narrativa interdisciplinar. O sentido histórico colhe-se nessa narrativa densa que combina municípios e municipalismo e que complementa

aquelas perspectivas disciplinares com um olhar diacrônico e integrativo de uma história total (MAGALHÃES; ADÃO, 2014, p. 6).

O *Município Pedagógico* é estruturante da história local e é instância fundamental na articulação entre história local, regional e nacional. É preciso tomá-lo como tema e unidade de observação, porque é núcleo transformativo dos cidadãos e das estruturas sociais em interdependências com processos de urbanização das cidades.

O município deve ser estudado como referência histórico-pedagógica “abrangendo três campos de observação, análise e teorização: a dimensão política e administrativa; a dimensão educativa (escolar) e cultural; representação e escrituração” (MAGALHÃES, 2014, p. 5). Para tanto, é pertinente organizar criteriosamente e sistematicamente a informação, na forma de uma base de dados devidamente documentada, por meio de estudos em fontes históricas nacionais, regionais e locais.

No estudo de um *Município Pedagógico* o enquadramento histórico justifica a divisão temporal e permite apresentar aspectos contextuais e de evolução geral. Dessa forma, o tempo deve ser pontuado e distribuído em quadros histórico-pedagógicos, conjunturas que assinalam transformações no binômio centralização/descentralização e que ao mesmo tempo documentem o crescimento da escolarização e seu progresso, a sociogênese de uma municipalização caracterizada por intermitências na deliberação educativa e na construção do ideário de município. A representação e a análise devem ter como suporte uma teorização interdisciplinar que condiciona o município pedagógico como meta-história (MAGALHÃES; ADÃO, 2014).

Gonçalves Neto e Carvalho (2015b) destacam que na categoria *Município Pedagógico* além do cuidado com o recorte cronológico e categorias complementares de análise, que forneçam indícios do papel do executivo e do legislativo municipal e das elites locais no desenvolvimento da educação, está a questão das fontes. Os estudos feitos no Brasil têm utilizado documentos específicos das câmaras municipais e do poder executivo como leis, projetos de leis, atas, relatórios de comissões parlamentares, correspondências, moções populares, relatórios de inspetores e do agente executivo, discussões do orçamento, correspondência de professores, atos do executivo, planos de governo e legislação estadual e nacional.

Assim, metodologicamente, a localidade entendida como um municipalismo educativo, carece de delimitação de temporalidades, de documentos/fontes, de sujeitos e de processos societários os quais correspondem a quadros histórico-pedagógicos. Contudo, tal categoria historiográfica não é uniforme, pois varia no tempo, conta com hierarquias e, além disso, não se pode deixar de considerar as questões de legitimação e de estatuto dos municípios.

O estatuto é um dos aspectos mais polêmicos por permitir entender um município como

entidade histórica com identidade, reconhecimento e autonomia de representação e de decisão. Sobretudo se considerarmos que, no caso brasileiro, o município passa a ser ente federado apenas a partir da Constituição Federal de 1988. A descentralização administrativa que se inicia em 1834 com Ato Adicional, não responsabilizava os municípios sobre o oferecimento da instrução pública, e sim as assembleias legislativas e os presidentes de província. O *Município Pedagógico* transcende esta organização, sem desconsiderá-la. Nas palavras de Magalhães (2014, p. 8): “Trata-se de saber se e do que os municípios foram senhores ou daquilo a que foram obrigados. Coloca-se portanto a questão: em que medida os municípios foram senhores de decisão em matéria de educação? Esse é o objecto de estudo”.

### **Produções sobre a temática**

Com o intuito de identificar os estudos brasileiros que se apropriam da categoria *Município Pedagógico*, foi efetuado um levantamento da produção acadêmica-científica sobre a temática a partir da consulta de artigos disseminados nos periódicos *Revista Brasileira de História da Educação* – da Sociedade Brasileira de História da Educação, *Cadernos de História da Educação* – da Universidade Federal de Uberlândia, *Revista História da Educação* – da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e *Revista HISTEDBR online* – da Universidade Estadual de Campinas. A escolha dessas bases de pesquisa foi em razão de serem periódicos representativos na disseminação e circulação de temas desenvolvidos na História da Educação no Brasil, que a consideramos ser o universo no qual seus pesquisadores têm mais se debruçado sobre tal categoria.

Na *Revista Brasileira de História da Educação* – RBHE foram consultadas 44 edições disponíveis *online*, publicadas entre 2001 e 2017 (v. 17, n. 1[44], janeiro/março, 2017). A busca revelou apenas um artigo de Wenceslau Gonçalves Neto e Justino Magalhães (2009), intitulado *Ação privada e poder público na luta pela instrução: Portugal na segunda metade do século XIX*. Este artigo analisa o papel de diferentes níveis de governo, mas, principalmente, os municipais no desenvolvimento da educação pública e privada e de como as diferentes vertentes de poder na sociedade agiram nesse processo, sob a perspectiva da categoria *Município Pedagógico*.

Quanto aos *Cadernos de História da Educação*, foram consultadas 19 edições disponíveis *online*, que compreendem publicações entre 2002 e 2016, resultando na identificação e seleção de 04 artigos. Desses, 03 são publicações de autoria de Wenceslau Gonçalves Neto (2002; 2003; 2007), a saber respectivamente: *A documentação oficial de Uberabinha e a compreensão da História da Educação em Minas Gerais e na região do Triângulo Mineiro*; *Organização do ensino público no final do século XIX: o progresso legislativo em Uberabinha, MG*; e, *Educação em movimento:*

*reformas no regulamento escolar no município de Uberabinha (1869-1899)*. Os três abordam a educação em Minas Gerais e em Uberabinha no final do século XIX, sob a perspectiva da categoria *Município Pedagógico*, ao analisar o quanto o governo oficial local atua no desenvolvimento da instrução, como também as disputas do poder local, além do estadual e federal, no movimento educacional nacional fomentado pelos ideais republicanos. A quarta publicação é o artigo intitulado *O município pedagógico e a constituição do sistema educacional municipal no período da Intendência de Carlos Cavalcanti Mangabeira (1925-1929), em Bagé /RS*”, de autoria de Alessandro Carvalho Bica e Berenice Corsetti (2016). Os autores discutem a categoria *Município Pedagógico* por meio das iniciativas do Intendente que é o representante do executivo municipal. Os relatórios intencionais são analisados para evidenciar como se planejaram as políticas públicas para a educação na cidade de Bagé na década de 1920.

Na *Revista História da Educação* foram pesquisadas 23 edições disponíveis *online*, dos anos de 2007 a 2017 (v. 21, n. 51, janeiro/abril, 2017), resultando na identificação e seleção de 02 artigos. O primeiro é assinado por Wenceslau Gonçalves Neto (2009), intitulado *O município e a educação em Minas Gerais: a implementação da instrução pública no início do período republicano*. Trata de o quanto os municípios brasileiros no período republicano tinham autonomia para desenvolver a educação em um território e, por conseguinte, o que competia às câmaras municipais nesse processo. No mesmo periódico, na seção *Acervos e Documentos*, há publicação na íntegra do *Regulamento das escolas municipais do município de Bagé/RS (1925)*, acompanhado por um resumo no qual Alessandro Carvalho Bica e Berenice Corsetti (2016) defendem que a localidade de Bagé/RS pode ser considerada como *Município Pedagógico* por causa das iniciativas do intendente municipal.

Na *Revista HISTEDBR online*, na busca nos volumes de n. 33 a 69, que compreendem os anos de 2009 a 2016, foi possível encontrar 02 artigos concernentes à categoria em tela. O primeiro, escrito por Carlos Henrique de Carvalho e Luciana Beatriz de O. B. de Carvalho (2010a), intitulado *História comparada do município pedagógico no Brasil e em Portugal: os casos de Uberabinha e Mafra*, é um estudo sobre como, no mesmo período em que ambos os países passam de um governo monárquico para republicano, ocorrem discussões sobre a expansão e modernização da educação e o papel dos municípios nesse processo. O outro artigo é o de Justino Magalhães (2013), *O município liberal e a decisão política*, que discorre sobre como o poder local se transformou em Portugal na passagem da Idade Média para o Antigo Regime e deste para o Regime Liberal quando os municípios assumiram ter maior autonomia acerca da instrução pública e se tornam *Municípios Pedagógicos*.

Quanto à pesquisa por livros editados no Brasil exclusivamente sobre a temática, a busca revelou a obra *Ação municipal e educação na Primeira República no Brasil*, uma coletânea de textos

organizada por Wenceslau Gonçalves Neto e Carlos Henrique de Carvalho (2015a) e com chancela da *Coleção Pensar a Educação, Pensar o Brasil (1822-2022)*. A obra é constituída por uma apresentação e por 13 textos que confirmam a pertinência de repensar, a partir da dimensão local, a história da instrução pública no final do Império e ao longo da Primeira República, em diferentes cidades brasileiras. Nessa perspectiva, o livro amplia a discussão da categoria *Município Pedagógico* para além do estado de Minas Gerais, ao trazer também discussões sobre o protagonismo no processo educacional de municípios dos estados de São Paulo e Rio Grande do Sul. Percebe-se nesse livro o aumento expressivo de pesquisadores<sup>1</sup> que se interessam por operar o conceito *Município Pedagógico* ao analisar a educação tomando como referência municípios distintos.

A pesquisa sobre a produção acadêmica científica revelou que há ainda poucos artigos e discussões acerca das atribuições e possibilidades dos municípios terem autonomia quanto à questão educacional no final do século XIX e ao longo do XX. Foram identificados outros estudos, mas sobre as províncias e governo central posto que as principais decisões ocorriam nesse âmbito, pois os governos locais estavam sob a tutela deles. Tal situação decorre do Ato Adicional de 1834 e será mantida pela Constituição Republicana de 1891. Também foi possível perceber que em Portugal o tema é discutido, principalmente, por Justino Magalhães, professor da Universidade de Lisboa, que formulou inicialmente a categoria *Município Pedagógico*. No Brasil, a discussão tem se mantido principalmente com iniciativas de pesquisadores vinculados à Universidade Federal de Uberlândia, em destaque Wenceslau Gonçalves Neto e Carlos Henrique de Carvalho.

Sobre as produções referentes à temática em tela, Gonçalves Neto (2015) destaca que no Brasil, até aproximadamente a passagem do século XX para o XXI, eram raros os estudos acerca das iniciativas municipais no campo educacional no decorrer da Primeira República. Em geral, as pesquisas não focam na dimensão pedagógica do município e sim em sua atuação nas alianças políticas e econômicas pertinentes ao sistema político oligárquico presente na sociedade republicana.

Difícilmente são encontradas manifestações que envolvam diretamente a ação do município na criação de suas próprias escolas, no estabelecimento de normativas para reger esse “sistema”, da realização de concursos públicos, da contratação de um quadro de professores e do estabelecimento de um regime próprio de acompanhamento e avaliação do ensino que ocorria em seus domínios. (GONÇALVES NETO; CARVALHO, 2015b, p. 10)

---

<sup>1</sup> Além dos autores Wenceslau Gonçalves Neto, Carlos Henrique de Carvalho e Justino Magalhães, compõem a lista de autores: Aline Rosane Costa; Ana Clara Bortoleto Nery; Antoniette Camargo de Oliveira; Cesar Romero Amaral Vieira; Clarisse Lisandra David; Denilson Santos de Azevedo; Eloy Alves Filho; Geraldo Inácio Filho; Glaura Teixeira Nogueira Lima; Luciana Beatriz de Oliveira Bar de Carvalho; Luciano Mendes de Faria Filho; Osvaldo Freitas de Jesus; Rosa Fátima de Souza; Rosana Vidigal Santiago Cappelle; Sandra Mara Dantas; Terciane Ângela Luchese; Thiago Borges Aguiar.

Ainda quanto a esse assunto, Souza (2015) ressalta que em relação ao estado de São Paulo falta à História da Educação dados e estudos sobre a atuação dos municípios no desenvolvimento da educação. No entanto, a autora destaca que já há indícios de que algumas câmaras municipais, no decorrer do século XX, mantiveram e apoiaram escolas de diferentes níveis educacionais.

No intento de ampliar pesquisas sobre a educação promovida pelas ações municipais de diferentes localidades, propomos a seguir elementos de uma realidade específica.

### **O Município de Piracicaba/SP<sup>2</sup>**

Em 1856 a Vila Nova da Constituição, localizada no interior da província de São Paulo, fora elevada à cidade de Constituição, que em 1877 passara a ser denominada de Piracicaba. A mudança de vila para cidade e de nome da localidade implicou em tensões entre as lideranças locais que não estavam alheias aos debates sobre a transição do Império para a República alicerçados em temas como abolicionismo, mercado de trabalho livre, eleições de representantes, urbanização, instrução pública, entre outros (HONORATO; MONARCHA, 2016). Neste sentido, indaga-se: as ações municipais de Piracicaba voltadas à educação podem qualificar a localidade como *Município Pedagógico*? Vejamos alguns contextos e possibilidades.

Quanto à formação dos municípios, Araújo (2013) nos lembra que o arranjo político destes advém do modelo herdado do Império Romano por Portugal, onde o município servia como instituição de controle da vida local. Desde a sua criação nas terras brasileiras, com a denominação de vila, a administração municipal esteve subordinada a uma instância de poder superior. As Câmaras já existiam desde o período colonial, com considerável poder e autoridade, contudo, com a chegada da Família Real ao Brasil, começa a haver uma centralização do poder culminando no final do Império e no início da República em uma administração municipal com exígua autonomia. Tais elementos históricos proporcionam aos pesquisadores a possibilidade de problematizarem se algumas localidades brasileiras podem ou não ser analisadas a partir da categoria *Município Pedagógico*.

Carvalho e Carvalho (2010b) ressaltam que em fins do século XIX tem-se a promulgação da Constituição de 1891, a qual se omite tacitamente sobre o tema ao colocar a educação como prerrogativa dos estados, contudo estes sem conseguir arcar com os custos demandam auxílio dos municípios. Esse fato traz o ensino primário para dentro dos limites administrativos municipais, o

---

<sup>2</sup> Desde 2014 vimos discutindo, em conjunto, nossas pesquisas individuais sobre a escolarização em Piracicaba/SP. Foi em torno da ideia de *Município Pedagógico* que decidimos dar corpo ao projeto de pesquisa *Educação escolar em Piracicaba no início da Primeira República* (financiado pelo Fundo de Apoio à Pesquisa – FAP UNIMEP) que tem por eixo investigar a ação municipal na constituição da escolarização no município de Piracicaba. Parte dos resultados é apresentada neste artigo.

que acaba ocasionando, em muitos casos, na regulamentação e iniciativas locais dessa nova prerrogativa, que no geral, conta com o apoio e interesse das elites no intuito de manter a ordem e ideologia de seu interesse, ao delimitar uma identidade municipal.

No Brasil, sobretudo na segunda metade do século XIX, o município começa a se desenhar como um movimento de emergência do civil, recuo da dominação religiosa e o surgimento da concepção urbana de vida. O incremento dos espaços urbanos e o aumento da população nas cidades trazem um conjunto de novas funções ligadas à administração pública, diversificação da estrutura social, das relações de poder e da economia local. Dentro desse quadro, há pressão pela escolarização e a administração municipal, em muitos casos, passa a dar maior atenção ao tema, mesmo o município estando sob tutela do estado, principalmente por meio da Câmara Municipal, passa a ir além das prerrogativas administrativas e políticas, ao projetar e idealizar iniciativas de instrução para formar o cidadão consciente das questões de seu tempo, criando em alguns casos uma malha escolar própria.

Assim, segundo Magalhães (2015), os *Municípios Pedagógicos* alcançam a função de representação das demandas da população e interesses das elites junto às outras instâncias de poderes superiores, ao fomentar as obrigações relativas à educação formal e com o tempo essa nova função municipal evolui para uma polarização de poderes de decisão por meio de estratégias e ideários de autonomia.

É nesse contexto do final do século XIX e início do século XX que pesquisamos a possibilidade de Piracicaba/SP poder ser categorizada como *Município Pedagógico*. Piracicaba, embora estivesse fortemente sob a tutela do estado naquele período, a partir do poder político local expressivo, do crescente protagonismo da Câmara Municipal e da participação das elites locais, consegue certa autonomia administrativa, inclusive no campo educacional, quesito este no qual se destacou frente a outras municipalidades do estado de São Paulo no período histórico analisado.

Honorato e Monarcha (2016) destacam que na segunda metade do século XIX em Piracicaba a institucionalização da educação pública estava marcada pelas tensões de poder entre conservadores e liberais. O município passava por transformações e tensões econômicas, políticas e sociais, que culminaram nos anos anteriores à República no apoio financeiro ao poder público local por parte “de lideranças liberais e ilustradas que acreditavam na responsabilidade social, dentre elas camaristas, padres, vigários, ex-prefeitos, militares e bacharéis” (p. 178). Era um grupo pequeno, contudo sua fonte de poder estava em ser constituído por pessoas letradas numa comunidade com alta taxa de analfabetismo, enquanto a riqueza ainda se concentrava nas mãos de poucos, com tendências conservadoras, ligados à agricultura, comércio e política. Dessa maneira, os ideais de república, progresso e liberdade, trouxeram para Piracicaba novas discussões sobre a importância da

propagação da instrução resultando em um conjunto de escolas primárias e secundárias públicas, privadas e confessionais de âmbito estadual e municipal.

Vieira, Nery e Aguiar (2015) argumentam que o município de Piracicaba foi um dos berços do republicanismo e a instrução pública aparecia como preocupação recorrente nos discursos locais, presentes, com frequência, nos jornais da cidade. O quadro sócio-político era complexo marcado por crescente urbanização, fim da escravidão, imigração europeia e expansão das indústrias e agricultura. Para os autores, uma das hipóteses do protagonismo de Piracicaba na educação se deve principalmente à família *Moraes Barros*, com componentes que galgaram os diferentes níveis de poder do país. Assim, o governo local se aproximou dos governos federal e estadual. Outra hipótese concerne ao fato de que as iniciativas empreendidas pela Câmara Municipal garantiram a criação, manutenção e provimento das escolas primárias.

Os indícios que apontam para Piracicaba como um *Município Pedagógico* nesse período vão desde relatórios da Câmara entre 1899 e 1901, que indicam maneira otimista que aproximadamente metade da população era alfabetizada dentro dos padrões da época, até dados como a existência de duas bibliotecas públicas em 1892, *Escola Igualitária* voltada para negros funcionando em 1898, 22 estabelecimento com 1.881 alunos matriculados, em 1900, e, em 1901, a instalação da Escola Prática de Agricultura<sup>3</sup> (VIEIRA; NERY; AGUIAR, 2015).

No *Relatório da Câmara Municipal* encontra-se, enaltecendo os feitos, o registro:

Si, das cidades do interior do Estado é Piracicaba a que conta maior número de estabelecimentos de instrução, é certo que, para conseguir este resultado, a Camara Municipal não tem poupado sacrifícios e esforços, devendo ser citada, entre outros, a lei que izenta de impostos os diretores e professores de collegios e escolas. (PIRACICABA, 1902, p. 13)

O município foi se desenvolvendo quanto à educação formal e informal, pois também mantinha uma vida cultural muito ativa, alcançando em 1910 um total de 40 estabelecimentos de ensino, ficando atrás somente da capital. Nesse ano, um terço das escolas era municipal, havia um movimento local que buscava cada vez mais estabelecer diferentes tipos de instituições públicas, privadas, confessionais, beneficentes dentro de diversas modalidades de ensino, como por exemplo, a Universidade Popular de Piracicaba – UPP, com formação para o trabalho, vida prática e cultural.

Nossas pesquisas que objetivam entender o desenvolvimento da educação em Piracicaba e qual, seria nesse contexto, o papel do executivo e legislativo local representado pelos agentes da Prefeitura e da Câmara Municipal no recorte temporal de 1882 a 1910, têm utilizado como

---

<sup>3</sup> Esta, mais tarde, se tornaria a ESALQ – Escola Superior de Agricultura *Luiz de Queiroz*, atualmente um dos campi da Universidade de São Paulo – USP.

procedimento metodológico o estudo de fontes como: livros de atas da edilidade, livros de leis e decretos dos agentes do executivo municipal, dados de memorialistas e historiadores locais, registros oficiais da instrução pública paulista, relatórios dos presidentes da Câmara Municipal, jornais locais como a Gazeta e o Jornal de Piracicaba, acervos de museus, acervos de escolas públicas e particulares e a legislação nacional e estadual vigente no período. Para as discussões teóricas sobre a temática está em curso uma série de estudos interdisciplinares (Educação, História, Sociologia, Ciência Política) que possibilitem a definição dos principais conceitos concernentes à categoria historiográfica em tela.

Desse modo, Piracicaba tem revelado uma escolarização a partir de uma confluência de forças locais reunidas sob o ideal republicano e inseridas num movimento missionário protestante e católico, associadas ao poderio econômico agrícola e à organização de sociedades civis. Tal realidade, guardadas a especificidades estaduais legais, também tem nos permitido denominar Piracicaba como *Município Pedagógico*.

### **Considerações finais**

A bibliografia consultada e as iniciativas de pesquisas empreendidas permitem-nos considerar que, para uma operação historiográfica com a categoria *Município Pedagógico*, o sujeito do conhecimento na produção de uma pesquisa, para evitar transposição literal de conceito, poderá se guiar a partir das diretrizes ora sistematizadas:

- Poder de decisão e autonomia que municípios tiveram em matéria de educação;
- Presença de legislação descentralizadora da gestão da instrução;
- Atos executivos que tornam uma localidade centro ordenador do cultural, pedagógico e político dos municípios;
- Entendimento de município como território de educação pública para cidadania;
- Processos de formação, delimitação e circulação de identidade e ideologia municipal pelas suas singularidades;
- Regulamentações municipais complementares às das administração estadual e federal;
- Ações conjuntas entre municípios, estado e união a fim de promover o ensino;
- Estudo dos processos (i)migratórios na trama das ações para o desenvolvimento educacional local;

- Expansão da malha de escolas (públicas, privadas, confessionais, rurais, étnico-comunitárias, beneficentes e outras), identificando o papel assumido pelo poder executivo e legislativo local e os benefícios adquiridos pelos diferentes estabelecimentos de ensino;
- Criação de órgãos e comissões específico(a)s para regulação, fiscalização e orientação das atividades de ensino;
- Discussão sobre orçamento e financiamento da intervenção municipal para promover o direito à educação;
- Apoio e interesse das elites locais em angariar (e/ou manter) seus gradientes de poder por meio do fomento da educação em momentos de intensas transformações na sociedade;
- Reivindicações locais de educação por parte da população, até mesmo ao cobrar uma mediação junto ao poder central – estadual ou nacional;
- Discursos de intelectuais sobre a educação ofertada na localidade;
- Objeto de pesquisa epistêmico interdisciplinar problematizando a dimensão material e simbólica, e não somente as questões econômicas e políticas de hegemonias, monopólios ou oligarquias;
- Delimitação de temporalidades a serem balizadoras da narrativa histórica a partir da unidade de observação e de documentos/fontes que permitem compreender um *Município Pedagógico*;
- Localização das atribuições de responsabilidades dos municípios em matéria de educação na legislação brasileira, em um determinado tempo circunscrito ao objeto de pesquisa;
- Elaboração de uma base de dados devidamente documentada, por meio de estudos em fontes históricas locais, regionais e nacionais que vão permitir um quadro de (entre)cruzamento histórico, pedagógico, político e administrativo;
- Desenvolvimento de análises na dimensão meta-educativa e da meta-história, isso ao passo que o *Município Pedagógico* é estruturante da realidade educacional e da história local que são fundamentais na mediação entre história regional e nacional;
- Caracterização do cenário político-cultural dos agentes públicos (filiação partidária, posicionamentos políticos, formação educacional/profissional, grupos de pertencimento, etc.), dos princípios político-educacionais (obrigatoriedade, universalidade, direitos sociais, etc.) e dos elementos de organização escolar (regulamentos, administração escolar, sujeitos da escola, infraestrutura, etc.);

- Levantamento de estatísticas escolares (número de escolas e de matrículas, índice de analfabetismo, etc.), isso em âmbito local e também de outras localidades afim de estabelecimento de comparações;
- Mapeamento de iniciativas de sujeitos locais em nome do avanço e controle da educação (inspetores, intendentess, presidentes do legislativo, camaristas, agentes religiosos, professores, etc.);
- Identificação de normativas para reger o provimento de concurso público para o cargo de professor, bem como dispositivos voltados à constituição de um quadro de servidores da educação e seus respectivos regimes de carreira, avaliação, acompanhamento;
- Caracterização do município-histórico como uma unidade de observação produtora de registro, mensuração e fatorização.

O *Município Pedagógico*, enquanto perspectiva teórico-metodológica, revela-se como uma possibilidade em construção de escrita da história da educação local singular, interdisciplinar e multidimensional, e não fechada nela mesma sem mediações com a história regional e nacional. Ele pode permitir-nos o entendimento de territórios pedagógicos e cartografias instrucionais, isso para além da dimensão político-administrativa empreendida pelos agentes públicos do poder executivo e legislativo municipais.

Desse modo de fazer pesquisa, temos então uma potencialidade para repensar o espaço dos municípios na heurística da história da educação. Sobre a realidade brasileira, ainda carecem pesquisas abordando municípios localizados em regiões diferentes do eixo sudeste e sul, assim como investigações considerando outros períodos históricos anteriores ou posteriores à Primeira República.

## Referências

ARAUJO, Gilda Cardoso de. *Políticas educacionais e estado federativo: conceitos e debates sobre a relação entre município, federação e educação no Brasil*. Curitiba: Appris, 2013. (Coleção Educação)

BICA, Alessandro Carvalho; CORSETTI, Berenice. Regulamento das escolas municipais do município de Bagé/RS (1925). *Revista história da educação*, v. 20, n. 48, p. 313-319, jan/abr, 2016. Disponível em: < [http://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/58419/pdf\\_130](http://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/58419/pdf_130)> Acesso em 02 fev. 2017.

BICA, Alessandro Carvalho; CORSETTI, Berenice. O município pedagógico e a constituição do sistema educacional municipal no período da Intendência de Carlos Cavalcanti Mangabeira (1925-1929). *Cadernos de História da Educação* (UFU), Uberlândia-MG, v. 15, n.3, p. 1056-1077, set/dez., 2016. Disponível em: < <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/38484/20290>> Acesso em 14 mai. 2017.

CARVALHO, Carlos Henrique de; CARVALHO, Luciana Beatriz de Oliveira Bar de. História comparada do município pedagógico no Brasil e em Portugal: os casos de Uberabinha e Mafra. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n. 40, p. 49-59, dez, 2010a. Disponível em: <<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639805/7368>>. Acesso em 23 mai. 2017,

CARVALHO, Carlos Henrique de; CARVALHO, Luciana Beatriz de Oliveira Bar de. O município pedagógico e a descentralização do ensino no Brasil: a educação em Minas Gerais no início da república (1889-1906). *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, UNESP de Araraquara/Universidade de Alcalá, v. 5, n. 2, p. 1-17, 2010b. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/3485>>. Acesso em 20 mai. 2016.

GONCALVES NETO, Wenceslau. A documentação oficial de Uberabinha e a compreensão da História da Educação em Minas Gerais e na região do Triângulo Mineiro. *Cadernos de História da Educação* (UFU), Uberlândia-MG, v. 1, n.1, p. 133-139, 2002.

GONCALVES NETO, Wenceslau. Organização do ensino público no final do século XIX: o processo legislativo em Uberabinha, MG. *Cadernos de História da Educação* (UFU), Uberlândia, v. 2, p. 59-66, 2004.

GONCALVES NETO, Wenceslau. Educação em movimento: Reformas no Regulamento Escolar do município de Uberabinha (1896-1899). *Cadernos de História da Educação* (UFU), Uberlândia, v. 6, p. 203-220, 2007.

GONCALVES NETO, Wenceslau. O município e a educação em Minas Gerais: a implementação da instrução pública no início do período republicano. *Revista história da educação*, v. 13, n. 28, p.

159-185, mai/ago, 2009. Disponível em: <  
<http://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/29021/pdf>> Acesso em 19 de mai. 2017.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. Repensando a História da Educação Brasileira na Primeira República: o município pedagógico como categoria de análise. In: GONÇALVES NETO, Wenceslau; CARVALHO, Carlos Henrique de (Orgs.). *Ação municipal e educação na Primeira República no Brasil*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2015. p.19-35.

GONÇALVES NETO, Wenceslau; CARVALHO, Carlos Henrique de (Orgs.). *Ação Municipal e Educação na Primeira República no Brasil*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2015a. (Coleção Pensar a Educação, Pensar o Brasil: 1822-2022).

GONÇALVES NETO, Wenceslau; CARVALHO, Carlos Henrique de. Apresentação: A ação municipal nos assuntos da educação na Primeira República Brasileira: algumas considerações. In: GONÇALVES NETO, Wenceslau; CARVALHO, Carlos Henrique de (Orgs.). *Ação municipal e educação na Primeira República no Brasil*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2015b. p.7-18.

GONÇALVES NETO, Wenceslau; MAGALHÃES, Justino. Ação privada e poder público na luta pela instrução: Portugal na segunda metade do século XIX. *Revista Brasileira de História da Educação – RBHE*, v. 9, n. 2 (20), p. 15-39, maio/ago, 2009. Disponível em: <<http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/view/69/77>>/ Acesso em 18 mai. 2017.

GRANELL-GÓMEZ, Carmen; VILA, Ignácio (Orgs.). *A cidade como projeto educativo*. Porto Alegre: Artmed, 2003.

HONORATO, Tony; MONARCHA, Carlos. De boca de sertão à cidade da instrução: institucionalização do ensino em Piracicaba no século XIX. *Revista da Educação Pública*, Cuiabá, v.25, n.58, jan./abr, p.175-198, 2016. Disponível em: <<http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/1908>>. Acesso em 20 jun. 2016.

MAGALHÃES, Justino. O município liberal e a decisão política. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n. 54, p. 05-14, dez, 2013. Disponível em: <<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640164/7723>>. Acesso em 23 mai. 2017.

MAGALHÃES, Justino. *Do Portugal das luzes ao Portugal democrático – Atlas Repertório dos Municípios na Educação*. Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, 2014. Disponível em: <[www.ie.ulisboa.pt](http://www.ie.ulisboa.pt)>. Acesso em 07 set. 2015.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. O município liberal e a decisão política. In: GONÇALVES NETO, Wenceslau; CARVALHO, Carlos Henrique (Orgs.). *Ação municipal e educação na Primeira República no Brasil*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2015. p. 37-46.

MAGALHÃES, Justino; ADÃO, Áurea (Org.). *Os municípios na modernização educativa*. Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, 2014. (Coleção Estudos e Ensaios). Disponível em: <[www.ie.ulisboa.pt](http://www.ie.ulisboa.pt)> Acesso em 07 set. 2015.

MAGALHÃES, Justino; ADÃO, Áurea. Os municípios na educação e na cultura. *Revista Interações*, v. 11, n. 35, p. 1-2, 2015. Disponível em:

<<http://revistas.rcaap.pt/interaccoes/issue/view/448>>. Acesso em 07 set. 2015.

PAUPÉRIO, A. Machado. *O município e seu regime jurídico no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1973.

PIRACICABA. *Relatório do Presidente da Câmara Municipal para o triênio de 1889-1910*. São Paulo: Espindola, Siqueira & Comp. 1902.

SOUZA, Rosa Fátima de. A atuação dos municípios na difusão da instrução primária no Estado de São Paulo (Campinas, 1889-1910). In: GONÇALVES NETO, Wenceslau; CARVALHO, Carlos Henrique de (Orgs.). *Ação municipal e educação na Primeira República no Brasil*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2015. p. 121-128.

VIEIRA, Cesar Romero A.; NERY, Ana Clara B.; AGUIAR, Thiago Borges. Cultura e escolarização: um panorama do município de Piracicaba na virada do século XX. In: GONÇALVES NETO, Wenceslau; CARVALHO, Carlos Henrique de (Orgs.). *Ação municipal e educação na Primeira República no Brasil*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2015. p. 129-152.